

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

O POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE NORBERT ELIAS E FLORESTAN FERNANDES

Marcelo Rosa

RESUMO

Este artigo aborda os processos de aburguesamento das sociedades ocidentais entre os séculos XVIII e XIX a partir de uma análise comparativa das sociologias de Norbert Elias e Florestan Fernandes, que examinam a trajetória de duas nações tidas como casos não paradigmáticos de ingresso na ordem capitalista: a alemã e a brasileira, respectivamente. Ao caracterizar tais processos por meio da biografia de indivíduos exemplares em conflito com suas sociedades — Mozart e o Visconde de Mauá —, esses autores nos oferecem um frutífero recurso para a compreensão dos processos de mudança social.

Palavras-chave: indivíduo e sociedade; burguesia; Florestan Fernandes; Norbert Elias.

SUMMARY

This article approaches western societies processes of bourgeoisification between 18th and 19th centuries through a comparative analyses of Norbert Elias' and Florestan Fernandes' sociologies, which examine the trajectories of Germany and Brazil, two nations considered as non-paradigmatic cases of entering the capitalist order. When studying those processes through the biography of exemplary individuals in conflict with their societies — Mozart and Viscount of Mauá —, those authors offer us productive means to understand social change processes.

Keywords: individual and society; bourgeoisie; Florestan Fernandes; Norbert Elias.

Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela "expansão do capitalismo no mundo" (Florestan Fernandes).

Qual o sentido das expressões "burguês" e "burguesia" em países onde a ordem capitalista chegou de modo velado e tardio pelas mãos da aristocracia agrária, diferentemente dos casos paradigmáticos da Inglaterra e da França?

Este texto pretende esboçar uma resposta a essa inquietação mediante um paralelo entre a sociologia de Norbert Elias sobre o *habitus* social germânico e a de Florestan Fernandes sobre o caráter nacional da revolução burguesa no Brasil. Ambas indicam os limites das teorias clássicas na interpretação desses casos desviantes do padrão iluminista e recorrem à história social de indivíduos exemplares para compreender os processos sociais que subjazem à expansão do modo de vida capitalista em sociedades

sob o domínio da aristocracia rural entre os séculos XVIII e XIX. Mesmo que os autores não dediquem o mesmo espaço às biografias de seus personagens — a Mozart é destinada uma série de artigos e ao Visconde de Mauá apenas alguns parágrafos —, suas respectivas interpretações das trajetórias desses indivíduos em sociedade podem constituir um possível diálogo histórico e sociológico e um frutífero recurso para a compreensão dos processos de mudança social.

Florestan Fernandes e a emergência do espírito burguês no Brasil imperial

O processo de transformação das relações sociais no século XIX, cujo sentido aponta para a formação de uma ordem social mais competitiva e democrática, reduzindo as diferenças de poder entre as diversas parcelas da população, não opera de maneira uniforme em todo o mundo ocidental. Essa afirmação é o ponto de partida de *A revolução burguesa no Brasil*, obra em que Florestan Fernandes analisa as peculiaridades da formação do *espírito do capitalismo*¹ na agrária e autárquica sociedade brasileira.

Para ele, o ponto de inflexão do modo de vida da sociedade brasileira em face do processo de expansão mundial do capitalismo teria sido a Independência, a partir da qual se constituiria uma sociedade nacional. Durante a dominação lusa o estatuto colonial bloqueara a formação de uma comunidade nacional de interesses econômicos ou políticos. A obrigatória mediação da Coroa nas atividades comerciais entre compradores internacionais e vendedores locais impedira que a solidariedade típica dos domínios senhoriais se convertesse em termos e interesses coletivos. Num contexto em que a sociedade se conformava como um arquipélago de latifúndios quase incomunicáveis entre si, seria praticamente impossível para as elites, como grupo organizado, expandir seu poder político e econômico se não fosse instituída uma ordem social minimamente competitiva, adaptada aos rumos da civilização, o que exigia, ao menos no âmbito legal, a constituição de um espírito nacional nos moldes europeus. O processo de apropriação do ideal de nação, imposto pelo processo histórico, pressupunha um mínimo de iniciativa das elites na construção de uma política econômica nacional.

Segundo Florestan, o processo brasileiro de independência, ao mesmo tempo que consistia numa prerrogativa histórica da civilização capitalista ou burguesa — a criação de comunidades nacionais de troca —, foi uma forma de reforçar o poder de dominação das elites agrárias sobre os demais grupos internos. Do ponto de vista dos senhores de terras, portanto, não se tratou de romper com a estrutura social do regime colonial. Ao contrário, a independência brasileira, organizada por esse único ator historicamente disponível, porque minimamente organizado, proporcionou "a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses círculos de poder"².

(1) Cabe lembrar que a expressão "espírito do capitalismo" foi cunhada por Weber com o intuito de caracterizar o "sentido de um estilo de vida normativo baseado em e revestido de uma ética" que emerge nas sociedades de predomínio burguês (Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967, p. 37). Sobre a inspiração weberiana da leitura de Florestan Fernandes, cf. Vianna, Luiz W. "Weber e a interpretação do Brasil". *Novos Estudos*, n° 53, 1999, pp. 33-48.

(2) Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 33.

Para manter seu poder sob a égide de um espírito nacional, os grupos agrários autárquicos trataram de fazer algumas adaptações na antiga ordem mediante a construção de um modelo burocrático inédito. Assim, a sociedade colonial brasileira converteu-se em sociedade nacional num processo de longa duração, em que o sistema social competitivo coexistia e se chocava com o sistema estamental. Valendo-se de sua dominação hegemônica sobre os modos de vida dos demais grupos sociais, os grupos agrários tomaram as rédeas do inevitável processo de mudança em âmbito nacional. O principal instrumento para o exercício desse novo papel teria sido a formação de um moderno aparato estatal/legal de controle social. No entender de Florestan, essa forma de transição era a única possível numa sociedade fundada sobre a secularização das tradições do mundo agrário.

Nesse contexto, a "sociedade" e a "nação" brasileiras se limitavam aos poucos domínios autárquicos dos homens que circundavam o palácio de São Cristóvão, ou seja, ao espaço social onde transitavam os membros mais prósperos das camadas rurais. Viviam-se assim numa espécie de estamento permeável, no qual a difusão de alguns ideais liberais servia como princípio identitário entre os membros da aristocracia. Para uma pequena camada que nunca foi monolítica em seus princípios, "liberdade" e "igualdade" serviram à perfeição para a continuidade e eficácia de sua dominação tradicional sobre as camadas inferiores. Eis mais um ponto fundamental da interpretação de Florestan: a vocação histórica das elites para assimilar novas conjunturas sociais, "desde que não se pusessem em questão 'os interesses sagrados da nação', abertamente confundidos e identificados pelos estamentos senhoriais com os interesses da Lavoura"³.

(3) *Ibidem*, p. 53.

Assim é que o Estado se fez presente para as populações socialmente desclassificadas, sobretudo aquelas do interior, pelas mãos das elites rurais. Como apontou Maria Sylvia de Carvalho Franco, o funcionamento do aparato legal do Estado dependia da boa vontade dos fazendeiros em dispor de seu capital e seus familiares para as funções de monopólio tanto das armas como da taxaçoão⁴. "Para objetivar-se e agir politicamente no patrocínio de seus 'interesses gerais', os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal"⁵. Criava-se assim um vínculo entre a nação e aqueles que compunham o que para Florestan constituía a sociedade civil da época, visto que nem o Estado nem os senhores de terras poderiam realizar seus propósitos de forma autônoma.

(4) Franco, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

(5) Fernandes, *op. cit.*, p. 45.

Esse certamente não era o modo exemplar europeu de ingresso na modernidade — e para Florestan nem poderia sê-lo, pois o Brasil é uma nação que surge sob circunstâncias históricas peculiares, ditadas sobretudo pela dominação colonial. Nesse particular modo de ingresso na ordem capitalista a retórica liberal/iluminista encontrava recepção, nos primeiros tempos, tão-somente em alguns setores das elites, entre os chamados "cidadãos ativos"⁶. Conforme Franco, entre as camadas senhoriais mais atrasadas — os "cidadãos prestantes", para Florestan — e os estratos sociais intermediários dos "homens livres" — que não eram nem escravos nem

(6) Sobre a origem social de alguns abolicionistas e sua íntima relação com as elites agrárias e escravocratas no interior paulista, cf. Nogueira, Oracy. *Preconceito de marca: as relações sociais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

senhores — os códigos sociais de comportamento estavam referidos apenas à violenta moralidade cotidiana daquelas populações. Somente quando em contato com o universo dos senhores rurais, em geral por meio de relações de dependência moral, é que os homens livres se submetiam aos códigos universais de comportamento e, por conseguinte, à tutela do Estado⁷.

(7) Franco, op. cit.

O problema sociológico de Florestan foi então compreender a forma pela qual o incipiente espírito liberal, que somente aos poucos se difundiu pela nação, promoveu o surgimento de uma mentalidade de tipo burguês. Nesse ponto a contribuição de Florestan torna-se fundamental, pois para ele, ao contrário de algumas interpretações clássicas, o espírito de uma sociedade é historicamente determinado e, por isso mesmo, modifica-se constantemente. Mesmo sob o desígnio imperante de se manter a dominação patriarcal, as ações sociais foram gradativamente se alterando, pois não havia um estamento monolítico — esse o ponto que diferencia a perspectiva de Florestan daquela de autores como Raimundo Faoro⁸. Segundo ele, o código social das elites agrárias somente apresentaria um sentido sociológico se compreendido na inter-relação com seu par de oposição burguês, ou seja, as ações sociais do grupo com maior poder também estavam referidas aos estratos menos poderosos da nação, e não somente aos seus pares. Nessa chave é que a dominação senhorial poderia se perpetuar, adaptando-se aos novos tempos.

(8) Faoro, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1993. Em *A revolução burguesa* o conceito de estamento é utilizado mais como uma figura de linguagem para caracterizar um grupo bastante coeso do que para exprimir um suposto isolamento dos grupos dirigentes.

A análise de Florestan ressalta a persistência do espírito da dominação tradicional, mas também revela as mudanças pelas quais essa mentalidade teria passado. As pequenas atitudes liberais tomadas compulsoriamente por um número cada vez maior de homens de terras levaram, lenta e continuamente, à constituição de um peculiar "espírito capitalista" na ex-colônia. Na visão de Florestan, o aparecimento no Brasil da mentalidade econômica associada ao espírito burguês reflete a condição dual entre a moderna ordem jurídico-política adotada pelo Estado e o tradicional substrato material, social e moral da sociedade nacional, responsável pelo seu funcionamento. Como ele afirma, o fato de não existirem no Brasil nem castelos nem burgos nos moldes europeus implicava também a inexistência física de um tipo de indivíduo — livre e sem raízes na aristocracia — em condições efetivas de protagonizar os processos de mudança social⁹. Desse modo, o espírito do *homo economicus* teria por aqui chegado, timidamente, pelas mãos dos mesmos indivíduos que sustentaram a consolidação do Estado.

(9) Fernandes, op. cit., p. 16.

Para Florestan, os estamentos senhoriais reagiram à nova situação desempenhando papéis políticos, jurídicos e administrativos, com o que construíram a nação ao seu modo. Ao experimentar esses novos papéis, seu horizonte cultural se modernizava¹⁰. Nestas terras o burguês não vingaria como um indivíduo no sentido moderno do termo, mas mediante um tipo de mentalidade derivado do código social das elites agrárias:

(10) *Ibidem*, p. 61.

O "burguês", que nascera aqui sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, pa-

*péis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma*¹¹.

(11) *Ibidem*, p. 19.

Num universo de sociabilidade em que as formas tradicionais de dominação eram vividas e sentidas como primordiais, a mera existência de uma ordem legal incitava os primeiros movimentos no sentido da mudança social, mesmo que efetivamente lenta e conservadora.

Na rica leitura do processo de formação nacional empreendida em *A revolução burguesa no Brasil*, as origens marcadamente conservadoras das quais teria emergido a mentalidade burguesa no Brasil podem ser atestadas pelas audaciosas aventuras econômicas do Visconde de Mauá. Várias biografias de Irineu Evangelista de Souza (1813-89) destacam sua ação empresarial como efetivamente moderna, ou seja, francamente antitradicional¹². Do mesmo modo que investia extremos esforços em determinada atividade, quase sempre inédita, podia abandoná-la assim que seu objetivo imediato — gerar capital — fosse realizado. Para o mascate que se tornou visconde não parecia ter importância a origem dos capitais que obtinha, fossem da aristocracia agrária nacional, de renomados banqueiros ingleses ou de empresários franceses. Ao contrário de seus pares nacionais, em geral antigos homens de terras, seu *status* e poder pessoal advinham de sua fortuna e não de influência política. Isso tudo contribuía para fazer de Mauá um *outsider* no império brasileiro, dominado explicitamente pela vocação patrimonialista da elite local¹³.

(12) Caldeira, Jorge. *Mauá: o empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Lima, Heitor F. *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Edaglit, 1965; Marchant, Anyda. *Viscount de Mauá and the empire of Brazil: a biography of Irineu Evangelista de Sousa (1813-89)*. Berkeley: University of California Press, 1965.

(13) "Suas primeiras atividades o haviam preparado para uma carreira comercial, industrial e bancária, mas o deixaram a ver navios no mundo político do Império. Ele era um garoto pobre da parte errada do país e que não havia crescido no seio de uma família proeminente por suas ramificações políticas, a melhor escola, se não a única, para os homens políticos no Brasil do século XIX" (Marchant, op. cit., p. 208).

Na sociedade nacional do século XIX, Mauá era originário do grupo social que vivia nas franjas da relação senhor/escravo, cujos membros foram celeberrimamente caracterizados por Franco como "homens livres"¹⁴. Seu pai, um tropeiro do Sul, fora assassinado quando ele ainda era um menino, o que o teria impedido de dar seguimento à sua socialização no espaço da dominação pessoal dos senhores rurais. Ao deixar sua terra, pelas mãos de um tio navegador, não possuía um padrinho — personagem típico da sociabilidade agrária nacional — que lhe proporcionasse ascensão social pelos meios tradicionais da época, principalmente o ingresso na carreira pública. Ainda adolescente, migrou do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no comércio.

Alguns anos depois já era sócio de diversos empreendimentos comerciais, e em seguida seus negócios se expandiram para os ramos industrial e financeiro: foi pioneiro da indústria naval brasileira e associou-se a investidores ingleses em diversas instituições bancárias. Sua iniciativa empresarial foi fundamental para o surgimento e implementação de diversas companhias de serviços urbanos nas áreas de transporte, águas e energia elétrica. Teve ainda uma discreta vida política como parlamentar. Em suma, "Mauá foi, na realidade, um homem de negócios, um capitalista na moderna acepção do termo, sofrendo as influências do tempo e do meio como qualquer outro"¹⁵.

(14) Franco, op. cit.

(15) Lima, op. cit., p. 29.

Para Florestan, a obra social de Mauá foi um ícone da ambígua relação atraso/progresso na sociedade imperial brasileira. Ao investir na construção de um aparato urbano, tarefa que nem o Estado nem os homens de terras poderiam orquestrar com desenvoltura, o empresário colheu ódio e admiração a um só tempo. Era visto como um empreendedor habilidoso, mas que com seu arrojo ameaçava a lenta e gradual transformação das estruturas arcaicas da economia nacional. A abrupta ação econômica de Mauá permitia antever o futuro da nação sem a presença da tradição agrária, de modo que sua destruição política e econômica era importante para que o processo autofágico de consolidação de um certo ideal de povo e nação fosse alcançado sem maiores percalços políticos. Segundo Florestan, os senhores de engenho condenaram tais modelos de ação capitalistas

em nome de um código de honra que degradava as demais atividades econômicas e que excluía para si próprios inovações audaciosas nessa esfera. Até que ponto isso é verdade [...] evidencia-nos o que aconteceu com Mauá. No horizonte cultural engendrado e universalizado pelo sistema colonial, iniciativas econômicas arrojadas, de teor capitalista mais puro, suscitavam desconfiança, temor e desaprovação. Elas quebravam o decoro, mas acima de tudo punham em evidência as verdadeiras forças que iriam destruir, internamente, as estruturas de poder erigidas através do sistema colonial¹⁶.

(16) Fernandes, op. cit., p. 26.

Mauá encarnava pela primeira vez no Brasil um espírito capitalista já consolidado na Inglaterra, terra de seus principais parceiros comerciais. Sua origem social e econômica era visivelmente mais próxima daquela do burguês europeu urbano do que da elite agrária e tradicional que aqui se estabeleceu. O comportamento inovador, como adverte Florestan, não era próprio da sociedade brasileira da época, na qual o centro do poder era constituído pela corte e pelos segmentos que em torno dela gravitavam, como as elites econômicas do café. Tratava-se de uma ordem social cujos impulsos inovadores eram dados por pressão dos mercados internacionais e lentamente assimilados pelos homens de terras.

Nesse sistema social conservador, a congêrie social que se envolvia em atividades comerciais, principalmente aquelas derivadas do setor mais pungente da economia imperial — a grande lavoura cafeeira —, carregava a marca do código social das elites. Para operar no sistema econômico da época, os grupos mercantis emergentes necessitavam do capital social e político mobilizado pelos barões do café, de modo que precisavam estar socialmente próximos desse grupo. Essa proximidade, como afirma Franco, foi mantida por meio do regime de favores e contraprestações típico dos domínios rurais:

*Os vínculos de parentesco e amizade, fortemente integrados como penhor do próprio interesse econômico, muito pesavam nas opções, ocorrendo a realização preferencial de negócios entre indivíduos ligados por relações pessoais. Por essa via determinava-se "naturalmente" o círculo de clientes de uma firma, cujos limites não estavam muito sujeitos a flutuações. [...] esses padrões foram incorporados por uma ordem competitiva e dentro dela adquiriram o sentido de um meio eficaz de as firmas comerciais expandirem suas atividades*¹⁷.

(17) Franco, op. cit., p. 163.

No entender de Florestan, não se pode comparar o senhor de terras ao empresário mesmo após a Independência. Embora em alguns casos agisse efetivamente como capitalista, esse tipo social não dispunha do "espírito capitalista". O aparato psicossocial e sociocultural que orientava suas ações tinha raízes marcadamente tradicionais¹⁸. A reelaboração desses modelos de sociabilidade tradicional lhes teria então permitido, mesmo que de forma mais lenta que nas sociedades exemplares da Europa, o acesso à ordem social moderna e à burguesia.

(18) Fernandes, op. cit., p. 22.

A necessidade de organização de um Estado com caráter urbano e os poucos recursos estatais para esse fim abriram algumas brechas para homens desenraizados como Mauá. No entanto, seu desconforto ao lidar com os ambíguos procedimentos de políticos e senhores de terras, explicitado nas inimizades que cultivou nos círculos cortesãos, o impediria de prosperar plenamente nos processos nacionais de acumulação. O incômodo que sua conduta iconoclasta infligia aos círculos sociais tradicionais terá sido mais decisivo que suas contribuições econômicas.

Embora Mauá seja um personagem discreto no contexto de *A revolução burguesa no Brasil*, acreditamos que as poucas passagens nas quais é citado constituem uma síntese empírica do argumento de Florestan Fernandes. Nessa breve digressão sobre esse personagem da vida pública nacional do século XIX pode-se vislumbrar o esboço compreensivo de Florestan acerca da intrincada — porque não exemplar — formação da ordem competitiva no Brasil¹⁹.

(19) Para uma biografia social de André Rebouças, outro personagem importante nessa peculiar assimilação dos ideais do liberalismo no Brasil, cf. Carvalho, Maria Alice R. de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Luperj/Revan, 1998.

Norbert Elias e o espírito tradicional da civilização germânica

A principal marca do pensamento de Elias é a caracterização do "processo de civilização", pelo qual a sociedade ocidental se tornaria funcionalmente democrática mediante a diminuição do gradiente de poder entre os múltiplos grupos socialmente estabelecidos²⁰. Suas obras procuram visualizar de pontos distintos do universo social as evoluções e regressões desse processo. Em *Os alemães* e em *Mozart: sociologia de um gênio* ele analisa os conflitos entre os padrões de comportamento emergentes e decadentes ao longo do processo de civilização. A primeira obra examina esse processo

(20) Elias, Norbert. *O processo civilizacional*, vol. 1. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

por meio da biografia da sociedade alemã, enquanto a segunda explora os efeitos da transformação civilizadora sobre a vida dos indivíduos. Difícil, nos dois casos, separar propósitos macro e microsociológicos, pois indivíduos e sociedade, processos de longa ou curta duração parecem ser apenas recursos analíticos para a sociologia compreensiva de Elias.

Em *Os alemães* exploram-se as peculiaridades da formação da nação alemã em relação aos países vizinhos — França, Inglaterra e Rússia. As principais nações européias haviam consolidado seu monopólio monárquico ainda no século XVII, e essa concentração de poder se estabeleceu sobre a antiga preponderância do mando local dos senhores de terras, permitindo a emergência de seus principais opositores: os burgueses. No entanto, diz Elias, esse processo não se deu da mesma forma nos pequenos reinos germânicos. Naquele período, o que conhecemos hoje como Alemanha poderia ser caracterizado como um enorme e multifacetado campo de batalha étnico e religioso. A tardia guerra de unificação, comandada por Bismarck no século XIX a partir do reino da Prússia, teria reforçado padrões de comportamento aristocráticos. Embora houvesse outra força aglutinadora, de caráter completamente distinto, em conformação nas cidades — o "espírito burguês" —, ela seria insuficiente para confrontar os tradicionais grupos dominantes na disputa pela hegemonia nacional, como ocorrera na França²¹.

Para compormos um quadro comparativo com a perspectiva de Florestan Fernandes, enfocaremos a abordagem de Elias acerca dos processos de transição e choque entre o espírito "cortesão" — ou tradicional — e o "burguês" nos reinos germânicos e suas implicações para o advento da ordem capitalista em sociedades "retardatárias". Se Mauá surge na obra de Florestan como um exemplo da força do código social tradicional sobre o burguês, o mesmo não ocorre com Mozart na argumentação de mesmo sentido construída por Elias ao longo de uma série de artigos postumamente reunidos em livro²².

Wolfgang Amadeus Mozart, nascido em 1756 no reino de Salzburgo, atual Áustria²³, era filho de um músico empregado na corte local. Iniciado ainda criança no universo da música, percorreu grande parte das principais cortes européias de sua época desde os 7 anos de idade, apresentando-se ao piano para os homens mais poderosos de seu tempo. Visto como um fenômeno de talento inigualável, com o passar do tempo conseguiu um cargo remunerado em sua corte natal por intermédio da posição de seu pai. No século XVIII, ter um emprego na corte era o ápice da carreira de qualquer músico, pois o consumo da música estava restrito aos círculos imperiais: não havia um mercado consumidor livre que proporcionasse outra garantia para artistas como ele.

Nesse cargo, era solicitado a compor peças dedicadas ao entretenimento do príncipe regente e seus cortesãos, de acordo com o gosto imperante nesses círculos. Não havia qualquer espaço para arroubos individuais: a principal qualidade de um músico deveria ser a execução mais fidedigna do padrão estabelecido. Como ressalta Elias, "os músicos eram tão

(21) Idem. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 157.

(22) Idem. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

(23) Para Elias, não havia muitas dissonâncias entre os reinos germânicos do século XVIII, fossem eles localizados nas atuais Alemanha ou Áustria. A característica universal desses pequenos reinos estaria na sua arraigada aristocracia agrária.

indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados, e normalmente tinham o mesmo *status* na hierarquia da corte"²⁴. Um bom músico era aquele que ajustava seus dotes artísticos aos padrões cortesãos de comportamento e sentimento. Lealdade e submissão eram atributos necessários à manutenção de uma posição respeitável, mesmo que desigual, nos círculos sociais superiores.

A ambivalência da posição do músico e de seu grupo de referência nutria em Mozart certo desprezo pelas normas de conduta perante a elite"²⁵. Segundo Elias, esse terá sido um dos motivos que o levaram, aos 21 anos de idade, a abandonar seu posto em Salzburgo e partir para outros reinos em busca de um mercado para sua arte. Com essa atitude Mozart teria buscado se tornar um "artista" no sentido atual do termo — um indivíduo livre que vende um estilo musical próprio —, mas Elias ressalta que se tratava de um desejo irrealizável num contexto em que "o padrão de gosto do patrono prevalecia, como base para a criação artística, sobre a fantasia individual de cada artista"²⁶. Não havia diferenciação social — no sentido orgânico de Durkheim²⁷ — que sustentasse um indivíduo com um papel social tão independente.

Notabilizado por seu exótico estilo musical, Mozart frequentemente era solicitado a compor peças em cortes mais poderosas que a de Salzburgo. Sua fama lhe garantia lugar à mesa dos grandes aristocratas, onde, segundo Elias, era tratado como um *quase igual*. Pôde assim ter acesso às mais modernas formas de ação e pensamento de seu tempo (assim como Mauá, que teve acesso aos capitalistas ingleses), e por meio de alguns contatos conseguiu manter-se por algum tempo como um artista de encomendas, passando a viver como um homem independente numa sociedade em que o que garantia a ascensão, segundo Elias, era a dependência pessoal. O resultado desse afastamento seria visível na sua produção musical, dissonante dos padrões cortesãos. O estilo que décadas depois seria considerado revolucionário não foi aceito por seus patronos. Na incessante busca de um posto, ele continuou a circular de corte em corte, criando peças que cada vez menos agradavam ao seu único público:

*Ao dar asas à fantasia individual, e especialmente à sua capacidade de sintetizar elementos anteriormente dispersos, de modo a romper com os padrões de gosto existentes, ele prontamente reduz suas chances de encontrar acolhida por parte do público*²⁸.

Para Elias, um determinado estilo artístico só pode ser sociologicamente compreendido em face das estruturas sociais de cada época. Do ponto de vista civilizatório, as sociedades de corte de linhagem germânica como Salzburgo seriam retardatárias em relação aos reinos da Inglaterra e França. Ali o poder encontrava-se pulverizado, não havendo, como na França, um grupo constituído — de tipo burguês — que se opusesse à hierarquia cortesã. Desse modo, os valores e regras sociais ditados pela

(24) *Ibidem*, p. 16.

(25) Esse desprezo pelos códigos de conduta tradicionais, traduzido num comportamento tido como arrogante para os padrões da época, é também um dos traços mais ressaltados nas biografias de Mauá.

(26) *Ibidem*, p. 47. Em *O processo civilizacional* (loc. cit.) Elias busca demonstrar que a concepção moderna de indivíduo — com interesses próprios — está intimamente ligada à emergência do modo capitalista de relação social.

(27) Durkheim, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

(28) Elias, Mozart, loc. cit., p. 128.

nobreza reinavam absolutos sobre outras formas de comportamento. A realização bem-sucedida de qualquer empreendimento individual passava pela adesão aos códigos dominantes. Como adverte Elias, o grupo social ao qual pertencia Mozart se socializava na liminaridade entre os modos cortesão e plebeu de portar-se diante do mundo. Embora ele convivesse com os nobres, não possuía distinções sociais hereditárias como hábitos lingüísticos ou corporais, não ensinados nos bancos escolares:

*A vida de Mozart ilustra nitidamente a situação dos grupos burgueses outsiders numa economia dominada pela aristocracia de corte, num tempo em que o equilíbrio de forças ainda era muito favorável ao establishment cortesão, mas não a ponto de suprimir todas as expressões de protesto*²⁹.

(29) *Ibidem*, p. 10.

A sociologia de Elias elege Mozart como ícone de um período de transição entre o modo de vida burguês e o cortesão. Não que para ele esses modos de comportamento fossem estáticos; ao contrário, vários de seus trabalhos buscam demonstrar como os códigos sociais dominantes são constantemente modificados por sua interação com os estratos inferiores³⁰. O importante para ele é que em determinados momentos e lugares a distribuição de poder é tão desigual que solapa de imediato quaisquer sinais de mudança abrupta:

*A própria existência de outsiders interdependentes, que não partilham do reservatório de lembranças comuns nem [...] das mesmas normas de respeitabilidade do grupo estabelecido, age como um fator de irritação; é percebida pelos membros desse grupo como um ataque à sua imagem e seu ideal do nós. A rejeição e a estigmatização dos outsiders constituem seu contra-ataque*³¹.

(30) Cf. *Idem*. *O processo civilizacional*, loc. cit.; *La sociedad cortesana*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1982. A definição dos padrões sociais dominantes pela sua relação com os interiores é mais um dos pontos de convergência entre as interpretações de Elias e Florestan.

(31) Elias, Norbert e Scotson, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 45.

Tal era o caso de Salzburgo e dos reinos germânicos no final do século XVIII, quando pequenas aristocracias locais ainda permaneciam muito fortes. Não tendo sido tolerada nesse meio a sua conduta de "gênio", Mozart morreu, aos 35 anos, como um miserável. Sua personalidade exigia uma ordem social minimamente individualizada e competitiva, que só viria a se consolidar algumas décadas depois, quando se dá a ascensão de músicos como Beethoven. As peculiaridades dos processos de civilização nas cortes de menor prestígio certamente influenciaram o modo pelo qual o elemento burguês seria assimilado pela sociedade. Para Elias, tanto na Áustria como na Alemanha a força da tradição agrária teria forjado estruturas sociais bastante rígidas, que não permitiram, como no caso francês, rupturas ou mudanças bruscas na distribuição de poder entre as classes ou grupos.

O processo de unificação alemão é um dos exemplos mais marcantes do poder simbólico das aristocracias de corte. Tentada pela via política por alguns representantes dos grupos médios intelectualizados — sobretudo escritores e filósofos, cujas profissões já eram consideradas autônomas —, a unificação dos reinos em torno da Prússia somente foi possível por meio da guerra. A transformação a partir do campo das idéias, advogada pelo movimento romântico — símbolo cultural da emergente classe média prusiana —, fora condenada ao esquecimento. Guerras e disputas formavam um dos principais esteios simbólicos da aristocracia, para a qual ser vencido numa batalha era muito mais digno que perecer numa mesa de negociações.

O evento unificador, patrocinado pela aristocracia conservadora e agrária, teve efeitos perversos sobre a imagem social do povo alemão. Naquela época grassavam nos países vizinhos inovações de tipo capitalista e as guerras se tornavam cada vez menos freqüentes³². Enquanto em outros reinos as distâncias sociais entre burgueses e cortesãos se tornavam cada vez mais tênues, abrindo caminho para um gradual aumento da igualdade entre os grupos sociais, a Alemanha era palco de fortalecimento dos códigos aristocráticos de comportamento, preservando as antigas diferenças. Ao invés de ser "colonizada" pelo pensamento burguês, tendência histórica do processo de civilização, a corte — e por conseguinte a sociedade civil — alemã tratou de "colonizar" os modos burgueses com seus estilos de conduta e linguagem social.

Assim como o estamento permeável que Florestan identifica no Brasil, a sociedade cortesã que Elias analisa na Alemanha desenvolveu seus próprios códigos de comportamento como forma de distinguir-se da ralé. Um indivíduo de classe média somente poderia ser aceito — certamente com ressalvas — nos círculos da "boa sociedade" se tivesse apreendido nos tempos de universidade um dos principais sinais de distinção desses grupos: as técnicas do duelo. O duelo era concebido diferenciadamente conforme os estratos sociais: nos baixos e médios era coibido pelo monopólio estatal da violência como um resquício bárbaro, enquanto nas camadas superiores era livremente praticado como uma espécie de rito de passagem à condição de *established*, exibindo na pele as cicatrizes como símbolos de reconhecimento da posição social. Segundo Elias, cicatrizes tinham mais valor social do que qualquer fortuna econômica ou talento individual para as artes.

O reconhecimento por parte das camadas superiores era vital aos grupos burgueses, pois lhes garantia acesso a espaços consagrados pela tradição cortesã, sobretudo o próprio Estado³³. Ser nomeado para uma função pública implicava romper o particularismo dominante no império alemão. "Em virtude de seus próprios sentimentos de pertença, a classe alta alemã tradicional era particularista; sua lealdade era para com a sua terra, em todas as acepções da palavra, não com o império"³⁴. Assim como no caso brasileiro descrito por Florestan Fernandes, a sociabilidade sobre a qual foram fundados os Estados germânicos era eminentemente agrária. Ainda em meados do século XIX, cidades como Berlim ou Salzburgo eram mais conhecidas por suas cortes, em contraste com o espírito citadino e a

(32) Cf. Polanyi, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

(33) A primeira condição para que um jovem burguês fosse nomeado para um cargo público era ter freqüentado os bancos acadêmicos. Segundo Elias, passar pela universidade também significava passar por um processo de socialização nos códigos guerreiros, por meio das confrarias estudantis.

(34) Elias, *Os alemães*, loc. cit., p. 60.

efervescência comercial e industrial de Londres, Paris ou Amsterdã. Nesses domínios, assim como no Brasil de Florestan, a ordem social competitiva encontraria seus limites no modo conservador pelo qual os grupos burgueses tiveram de se expressar socialmente.

*... na estrutura social do Kaiserreich até 1918, os membros das "velhas" famílias que detinham mais ou menos monopólio de posições nos altos escalões do funcionalismo civil, no oficialato militar e no serviço diplomático eram inequivocamente superiores aos "capitalistas", tanto em poder social quanto em status social*³⁵.

(35) *Ibidem*, p. 27.

Mozart e Mauá: indivíduos modernos no mundo da tradição

Florestan e Elias buscam traçar a formação da ordem social competitiva em suas nações por meio do espírito social de seus precursores, ou seja, daqueles que, com maior poder, operaram os processos de transição do mundo autárquico dos domínios rurais a sociedades predominantemente industriais e comerciais. Dessa forma, descartam a possibilidade de encontrar em seus respectivos universos empíricos o *tipo ideal*³⁶ de burgueses e burguesia encontrado na França e Inglaterra.

Na perspectiva desses autores, o papel das elites senhoriais teria sido marcante nos processos de transição à ordem burguesa. Nas cortes germânicas ou no Brasil imperial, a floração relutante de um espírito urbano por obra de uma elite agrária que concebia seu domínio em espaços autárquicos impediu a ruptura dos padrões tradicionais de dominação. Nesses casos, a limitação naturalizada da sociedade civil aos membros do estamento superior teve como consequência a naturalização de um modelo ideal de "boa sociedade" nacional, plenamente identificado com os modos de agir e pensar desses grupos.

Em virtude do caráter autárquico e patrimonialista de suas sociedades, setores subalternos ascendentes, sobretudo os potencialmente burgueses, tenderiam a abdicar de seu *ethos* social em favor da absorção dos "universais" postulados pela tradição dominante. Nos reinos alemães os grupos burgueses ascendentes adotariam à sua maneira o código social do modelo cortesão, enquanto no Brasil os grupos médios se introduziriam no universo de valores da esfera social superior mediante a adesão ao modelo de sociabilidade do mundo agrário.

As trajetórias de Mozart e Mauá — ou dos reinos germânicos e do Brasil — revelam o papel fundamental das coações sociais sobre as personalidades individuais. Socializados nas brechas desse mundo, ambos incorporaram um espírito social — burguês — sem correspondência com suas realidades nacionais. Em seus respectivos contextos, foram levados pelo regime de coações sociais a romper com as redes tradicionais de dominação das

(36) Embora Elias (*La sociedad cortesana*, loc. cit., p. 25) reconheça a origem weberiana de algumas de suas formulações, reluta a utilizar os *tipos ideais* como ferramenta sociológica. Para ele, esse modelo interpretativo não poderia explicar a dinâmica das transformações cotidianas de uma sociedade.

aristocracias locais. Eram homens livres de espírito indomável, vistos pelos estratos superiores como figuras burlescas que lhes proporcionavam serviços urbanos ou óperas, mas não como membros efetivos da "verdadeira" sociedade nacional, mesmo circulando entre os mais poderosos grupos de suas nações³⁷. Eram *outsiders* burgueses num mundo de aristocratas estabelecidos. Suas revoltas pessoais certamente contribuíram para a modificação dos códigos e valores sociais de suas respectivas sociedades, mas romper com a tradição, a hierarquia e a ordem social significou para esses homens geniais o abandono e o fracasso individual ante o código social conservador.

As ambivalências e ambigüidades inscritas na história social desses dois indivíduos — tão necessários e ao mesmo tempo dispensáveis à sociedade de seu tempo — revelam a riqueza dessas narrativas sociológicas. Para Elias, e a meu ver também para Florestan, essas ambigüidades podem iluminar os processos de mudança que afloraram nas duas sociedades em questão. Certos indivíduos, por serem a parte visível dessas *figurações*³⁸, sentem e refletem mais dramaticamente tais processos que, nas palavras de Elias, constituem a dinâmica das relações entre estabelecidos e *outsiders*.

À guisa de conclusão

A combinação de uma construção teórica híbrida e de objetos empíricos comparáveis proporciona aos leitores de Norbert Elias e Florestan Fernandes um precioso aparato sociológico para a compreensão de situações históricas em que a consolidação da ordem burguesa e a da igualdade social ocorrem em tempos distintos. Em ambos os universos o presente e o passado são conectados por um esforço de compreensão sociológica no sentido de romper com as limitações tradicionais da disciplina. Para Elias e Florestan a sociedade deve ser compreendida mediante a incessante inter-pelação de seus fundamentos empíricos, e não a partir de modelos apriorísticos. Enfim, a teoria deve se adequar à sociedade e não o contrário. Somente a partir de recursos metodológicos adequados os casos de sociedades aparentemente tão distantes e tradicionalmente vistas em oposição podem ser apreendidos pelas ciências sociais. Conceder estatuto sociológico a indivíduos de carne e osso como Mauá e Mozart permite aos autores romper com os dualismos e afirmar o papel central da ambigüidade na análise sociológica.

É mediante o conhecimento das estruturas de poder que determinam os modelos ideais de comportamento em cada sociedade que se pode entender as diferentes faces nacionais assumidas pelo chamado processo de "revolução burguesa". O objetivo deste trabalho foi identificar os pontos nos quais esse conhecimento deve ser considerado ferramenta indispensável a qualquer esboço compreensivo de sociedades não exemplares, sob pena de continuarmos a ver inerentes diferenças históricas, como as brasileiras, descritas pelo aspecto *manquêe*— porque não-paradigmático — de seus fenômenos sociais.

(37) Alguns comentadores atribuem a Mauá um poder tão grande quanto o do imperador (cf. Lima, op. cit.). Como nos mostram Florestan e Elias, tal afirmativa consiste num contra-senso histórico, pois negligencia o fato de o poder do imperador se sustentar pela tradição e o de Mauá pelo capital econômico: naquela estrutura social, fazer fortuna mediante empreendimentos comerciais e industriais não igualava um indivíduo de procedência pobre ao personagem central da corte.

(38) Ao contrário da maioria das traduções das obras de Elias para o português, prefiro utilizar a expressão "figuração" (do alemão *Figuration*) e não "configuração".

Recebido para publicação em 17 de maio de 2004.

Marcelo Rosa é doutor em Sociologia pelo IUPERJ e professor da Universidade Federal Fluminense.